

Distribuição da renda familiar *per capita* na Região Metropolitana de Porto Alegre

Desde 2004, o Brasil vem passando por um processo socioeconômico que combina expansão do PIB *per capita* (à exceção de 2009) e retração da desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini. Esse coeficiente é um parâmetro internacional, usado para medir a desigualdade de distribuição de renda, que varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade, e, quanto mais próximo do um, maior é a concentração de renda.

O Brasil é um país conhecido por apresentar uma das mais concentradas distribuições de renda no mundo. Segundo o relatório sobre as cidades latino-americanas feito pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, publicado pela ONU-Habitat em 2012, o Brasil é o quarto país mais desigual da América Latina em distribuição de renda, ficando atrás somente de Guatemala, Honduras e Colômbia. Além de serem muito elevados, os coeficientes de concentração de renda no País revelaram um processo contínuo de aumento por um longo período. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde o Censo de 1960 até a contagem populacional de 1991, o cálculo do coeficiente de Gini aumentou. Em 1960, o coeficiente foi de 0,497; em 1970, de 0,565; em 1980, de 0,592; e, em 1991, de 0,637. Porém, na primeira década do século XXI, os indicadores de desigualdade têm revelado que a renda está mais equitativamente distribuída. Em 2000, pelo Censo, o coeficiente foi de 0,611, e, em 2010, de 0,575. A mesma tendência ocorreu no Rio Grande do Sul. Pelo Censo de 2000, o Estado ocupava a quinta posição, com um coeficiente de 0,581, e, em 2010, a queda para 0,537 pôs o Estado em segundo lugar no *ranking* nacional, ficando atrás de Santa Catarina (0,497 em 2010). O País, porém, continua como um dos mais desiguais do mundo, longe da média da União Europeia (0,305 em 2010).

O objetivo desta nota é acompanhar a evolução da distribuição da renda familiar *per capita* (RFPC) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), na primeira década do século XXI, e apresentar uma análise descritiva da evolução da distribuição da RFPC na RMPA, no período de 2001 a 2010, utilizando os microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). O rendimento familiar *per capita* é definido como a razão entre o rendimento familiar e o número de componentes na família. Os resultados aqui apresentados buscam refletir a situação do conjunto das pessoas que formam as famílias da Região quanto ao aspecto da

distribuição de seus rendimentos. O gráfico mostra a evolução da distribuição da RFPC, obtida através do cálculo do coeficiente de Gini com os microdados da PED-RMPA. Observa-se que a desigualdade se manteve em queda, praticamente em toda a década, com exceção de 2007, quando o coeficiente cresceu 1,6% (de 0,5030 para 0,5110), mas, durante a década, o coeficiente de Gini apresentou uma queda acumulada de 8,2%. Outro aspecto a destacar é que, em 2001, as pessoas que se encontravam entre os 10% que ganham mais se apropriaram de aproximadamente 45,4% do total da renda, enquanto os 50% que ganham menos detinham 14,7%, conforme se pode observar no gráfico. A razão entre a renda total dos 10% que ganham mais e a renda total dos 50% que ganham menos em 2001 foi de 3,1 vezes, ou seja, as pessoas que compõem os 10% que ganham mais detinham uma renda 3,1 vezes maior que a dos 50% que ganham menos. No final da década, houve um aumento da participação na renda total dos 50% que ganham menos (17,5%) e redução da participação dos rendimentos entre os 10% das famílias que ganham mais (41,4%). Em 2010, 10% das famílias que ganham mais detinham uma renda de 2,4 vezes maior do que a dos 50% que ganham menos.

A média da RFPC dos que ganham menos teve um ganho real de 29,2% na década, e a das famílias que ganham mais teve um crescimento real de apenas 1,2% no mesmo período.

Outro aspecto que contribuiu para a melhor distribuição da renda familiar *per capita* na RMPA é a participação de cada parcela no rendimento total. A PED-RMPA realiza o levantamento de três tipos do rendimento: (a) **a renda do ocupado**, formada pela renda do trabalho principal, pela renda do trabalho adicional e pelos rendimentos de aposentadorias e/ou pensões; (b) **a remuneração do inativo**, formada por pensões e/ou aposentadorias e seguro-desemprego; (c) e **a subsistência do desempregado**, formada pela remuneração de trabalhos ocasionais, por pensões e/ou aposentadorias e seguro-desemprego.

Em 2001, a renda do ocupado correspondeu à maior parte da renda familiar, com 82,5% no total. A participação da remuneração dos inativos ficou em 16,1%, e a subsistência dos desempregados em 1,5%. Já em 2010, a participação da renda dos ocupados continuou correspondendo à maior parte da renda familiar, mas com uma participação menor (77,6%); a participação dos inativos aumentou para 21,6%, e a subsistência dos desempregados caiu

para 0,8%. Ao fazer essa distribuição, levando em conta a RFPC formada pelas várias combinações na composição das remunerações que a PED-RMPA levanta, formaram-se cinco tipos de combinações colocadas a seguir: as famílias que têm como fonte de renda somente a ocupação; as que têm como fonte somente a renda do inativo; as que vivem somente com as formas de subsistência para os desempregados; as famílias que possuem em conjunto a renda do ocupado e a remuneração dos inativos; e as famílias que vivem com o conjunto das demais combinações possíveis de fontes de renda.

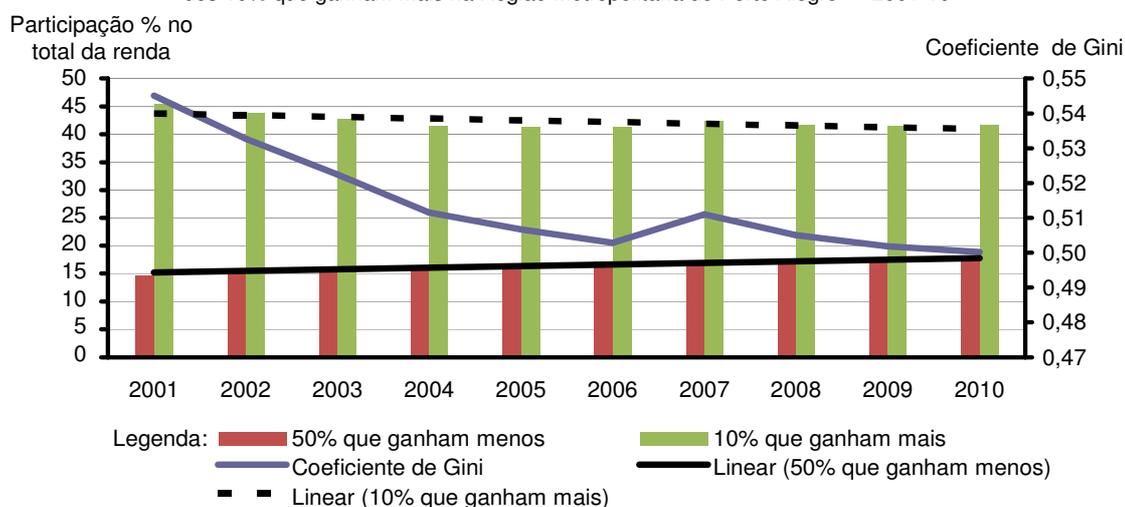
As famílias com renda de até três salários mínimos, em 2001, tinham uma participação de 49,1% do total das famílias da RMPA, eram compostas por 46,7% do número de integrantes e detinham 16,0% da renda da Região. Desse percentual da renda, esse grupo ficou com 14,0% do total da renda do ocupado, 27,1% da remuneração dos inativos, a totalidade da subsistência dos desempregados, 9,8% da composição da renda dos ocupados e da remuneração dos inativos e 37,4% do total dos outros tipos de combinações. Já em 2010, verificou-se que as famílias com até três salários mínimos constituíam 69,7% do total das famílias, continham 68,3% dos membros e que a participação na renda mais que dobrou, passando de 16,0% no início da década para 35,0% em 2010.

Por outro lado, as famílias que ganhavam 10 ou mais salários mínimos, em 2001, constituíam 21,0% do total das famílias, 22,1% das pessoas e recebiam 59,1% da renda total. Essas famílias ficaram com 61,0% do total da renda dos ocupados, 49,4% da remuneração dos inativos, 65,4% da renda dos ocupados e da remuneração dos inativos, e 32,4% do total dos outros tipos de combinações. Ao contrário das famílias que ganham menos, essas

tiveram quedas em todas as participações. Em 2010, essas famílias constituíam 7,9% do total das famílias, 7,9% dos integrantes, recebiam 33,2% da renda total e ficavam com 35,0% do total da renda dos ocupados, 28,6% da remuneração dos inativos, 32,8% da renda dos ocupados e da remuneração dos inativos, e com 12,4% do total dos outros tipos de combinações. Outro fator que pode auxiliar na explicação da melhora da distribuição da RFPC na RMPA pode ser o comportamento da renda média familiar *per capita* das famílias que compunham 50% das famílias que ganhavam menos e os 10% das que ganhavam mais entre 2001 e 2010. Os 50% das famílias que ganhavam menos tiveram um ganho real de 26,5% nesse período, e os 10% das famílias que ganhavam mais ficaram estáveis (-0,1%) entre o primeiro e o último ano da década.

Concluindo, os dados da PED-RMPA permitem verificar que a Região Metropolitana de Porto Alegre atingiu, em 2010, sua menor desigualdade de renda na década. Embora a Pesquisa não faça o levantamento de outros tipos de renda, como juros, lucros e aluguéis, mas com os dados disponíveis de renda, também apontou outros sinais de queda na desigualdade, como a distância entre as famílias que ganham mais das que ganham menos, a redução na renda das 10% que ganham mais e o aumento da massa das remunerações dos 50% das famílias que ganham menos. A Região, porém, continua com um coeficiente longe da média da União Europeia e, principalmente, de países como Suécia (0,250), Noruega (0,258), Finlândia (0,269) e Alemanha (0,283). Se a redução do coeficiente de Gini continuar nesse ritmo de queda (-1,3% ao ano), serão necessários mais 18 anos para se chegar ao nível de 0,400, ou mais 40 anos para se alcançar o nível de 0,300.

Participação no total da renda, coeficiente de Gini e tendência linear dos 50% que ganham menos e dos 10% que ganham mais na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

André Luiz Leite Chaves
Economista, Pesquisador da FEE